Dimensão musical	Uma das dimensões básicas da inteligência. Gardner partiu de numerosas observações empíricas e de dados da realidade. Ele analisou o papel da música em sociedades primitivas, em diferentes culturas, em diferentes épocas, bem como no desenvolvimento infantil, e parece ter se convencido de que a habilidade musical representa uma manifestação da inteligência. Ainda que possua o mesmo canal central que a competência linguística, não estaria necessariamente subordinada a nenhuma das outras dimensões.
Dimensão espacial	Inerentes à competência espacial estariam as capacidades de perceber o mundo com precisão, efetuar transformações e modificações sobre as percepções iniciais, ou seja, a inteligência espacial focaliza a capacidade do indivíduo de transformar objetos dentro do seu meio e orientar-se em meio a um mundo de objetos no espaço, fornecendo elementos para a percepção e a administração do espaço, a elaboração ou a utilização de mapas, de plantas, de representações planas de um modo geral.
Dimensão corporal-cinestésica	Tem sua manifestação típica no atleta, no bailarino, no mímico, que seguramente não elaboram previamente cadeias de raciocínios para realizar seus movimentos e, na maior parte das vezes, não conseguem explicá-los verbalmente. A característica dessa inteligência é a capacidade de usar o próprio corpo de maneiras diferentes e hábeis para fins de expressão. Os exercícios e treinamentos conseguem desenvolver tal competência, embora apareçam diferenças significativas em diferentes indivíduos. No centro da dimensão corporal, estariam duas capacidades: controlar o movimento do próprio corpo e manusear objetos com habilidade.
Dimensão interpessoal	Aparece revelada por meio de uma competência especial em relacionar-se bem com outras pessoas, em perceber seus humores, seus sentimentos, suas emoções, motivações, ou seja, permitir um descentrar-se para trabalhar com o outro. Segundo Gardner, apoiada nas relações humanas, em sua forma mais elaborada, essa competência permite habilitar um indivíduo adulto a ler as intenções e desejos dos outros e é característica nos líderes, nos políticos, nos professores, nos terapeutas e nos pais.
Dimensão intrapessoal	A característica básica é o conhecimento de uma pessoa em relação a si mesma e a capacidade de estar bem consigo. No entender de Gardner, uma pessoa com a competência intrapessoal bem desenvolvida controla suas emoções, administra seus sentimentos, seus projetos, constrói um entendimento e um guia do seu próprio desenvolvimento, ou seja, a inteligência intrapessoal permite a um indivíduo um trabalho consigo mesmo.

Fonte: SMOLE (2000, p. 27, 28).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

MAGDA FAGUNDES BATISTA

RESUMO

Esse artigo pretende buscar reflexões a respeito da inclusão e das contribuições das políticas públicas. Em todo o mundo, as crianças são excluídas das escolas às quais pertencem por causa de deficiência, raça, idioma, religião, gênero e pobreza. Mas toda criança tem o direito de ser apoiada pelos pais e pela comunidade para crescer, aprender e se desenvolver nos primeiros anos e, ao atingir a idade escolar, ir à escola e ser acolhida e incluída por professores e colegas. Quando todas as crianças, independentemente de suas diferenças, são educadas juntas, todos se beneficiam - esta é a pedra angular da educação inclusiva. Educação inclusiva significa alunos diferentes e diversos aprendendo lado a lado na mesma sala de aula. Eles gostam de viagens de campo e atividades após as aulas juntos. Eles participam do governo estudantil juntos. E eles participam dos mesmos encontros e jogos esportivos. A educação inclusiva valoriza a diversidade e as contribuições únicas que cada aluno traz para a sala de aula.

Palavras-Chave: Contribuições; Deficiência; Direito.

INTRODUÇÃO

Os sistemas inclusivos proporcionam uma educação de melhor qualidade para todas as crianças e são fundamentais para a mudança de atitudes discriminatórias. As escolas fornecem o contexto para o primeiro relacionamento de uma criança com o mundo fora de sua família, permitindo o desenvolvimento de relações e interações sociais. Respeito e compreensão aumentam quando alunos de diversas habilidades e experiências brincam, socializam e aprendem juntos.

A educação que exclui e segrega perpetua a discriminação contra grupos

tradicionalmente marginalizados. Quando a educação é mais inclusiva, também o são os conceitos de participação cívica, emprego e vida comunitária.

Atividades extracurriculares, apoio de pares ou intervenções mais especializadas envolvem toda a comunidade escolar trabalhando em equipe.

Tornar a educação inclusiva não é uma medida de corte de custos. Os governos devem estar preparados para investir recursos substanciais desde o início em reformas do sistema, como treinamento de professores e funcionários; melhorar a infraestrutura, materiais de aprendizagem e equipamentos; e revisar currículos para implementar a educação inclusiva com sucesso. No entanto, ao eliminar a redundância e os altos custos de funcionamento de sistemas paralelos, esses investimentos são um uso eficiente e eficaz dos fundos e têm o potencial de melhorar a educação de todos os alunos.

Os mecanismos de financiamento devem ser reformados para que as escolas que matriculam alunos com necessidades especiais recebam os recursos financeiros adicionais necessários. Quando os alunos mudam de escolas especiais para escolas regulares, o financiamento também deve seguir.

AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As crianças com deficiência têm 10 vezes menos probabilidade de frequentar a escola do que aquelas sem. Mesmo que frequentem a escola, têm maior probabilidade de desistir mais cedo, enquanto o nível de escolaridade que recebem é frequentemente inferior ao dos seus pares.

As crianças com deficiência muitas vezes não podem ir à escola devido aos edifícios escolares inadequados. Além disso, há uma compreensão limitada dentro de suas comunidades e entre os professores sobre suas necessidades de aprendizagem, que muitas vezes é alimentada por preconceitos em torno da deficiência.

No entanto, como as desigualdades subjacentes exacerbam as necessidades dos alunos, as leis e políticas bem-intencionadas frequentemente vacilam e as oportunidades educacionais continuam a ser distribuídas de maneira desigual, mantendo a educação de qualidade fora do alcance de muitos.

Mesmo antes da pandemia, uma em cada cinco crianças, adolescentes e jovens estava totalmente excluída da educação.

O estigma, os estereótipos e a discriminação significam que outros milhões estão ainda mais alienados dentro das salas de aula, com a crise atual perpetuando ainda mais diferentes formas de exclusão.

Silva e Morino (2012, p. 33) afirmam que:

Enquanto as teorias educacionais pensam como acontece o processo de ensino-aprendizagem, as teorias neurocientíficas as executam através de representações visuais do cérebro, ou seja, por intermédio das neuroimagens, uma ferramenta necessária à educação moderna e futurista.

A educação inclusiva deve garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos, atendendo efetivamente

às diversas necessidades de uma maneira que seja receptiva, receptiva, respeitosa e solidária. Os alunos participam do programa educacional em um ambiente de aprendizado comum, com apoio para diminuir e remover barreiras e obstáculos que podem levar à exclusão.

Percebe-se que muitos professores não estão preparados para receber o aluno inclusivo, por medo do desconhecido, falta de preparo, interesse ou até mesmo por preconceito.

A inclusão diz respeito a identificação e a remoção de barreiras e isto implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender a performance dos alunos a fim de planejar e de estabelecer metas, à presença, participação e a aquisição de todos os alunos. Presença diz respeito a frequência e a pontualidade dos alunos na sua escolarização. Participação tem a ver em como os alunos percebem a sua própria aprendizagem e se possuí qualidade acadêmica. Aquisição se refere aos resultados da aprendizagem em termos de todo conteúdo curricular dentro e fora da escola (RODRIGUES, 2008, p. 13)

A escola tem a função de preparar o aluno para a sociedade, para o mundo lá fora, mas, a sociedade não está totalmente preparada para receber essas pessoas especiais, pois apesar dos dois estarem no caminho da inclusão, ainda é preciso quebrar alguns paradigmas e preconceitos.

A literatura científica sobre os benefícios de ambientes de aprendizado interativos para alunos com necessidades especiais concentra-se principalmente nas escolas regulares e em relação aos alunos sem necessidades especiais. Estudantes com deficiências mais graves, que precisam de amplo apoio para acessar o conteúdo do currículo e habilidades não acadêmicas, como interagir com outras pessoas, tendem a estar sub-representações, e ainda é necessário saber que podem ser os efeitos que os ambientes de aprendizado interativo em ambientes segregados especiais podem ter em estudantes de educação especial, para melhorar suas competências acadêmicas e sociais.

Enquanto todos os alunos compartilham a característica de ter uma deficiência, um grupo de estudantes não pode ser considerado homogêneo, pois a diversidade entre os estudantes é enorme e as dificuldades e habilidades variam muito. Dessa forma, a neurociência contribui com seus avanços a respeito do cérebro e pessoas com deficiências variadas.

De acordo com Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

A maioria dos educadores não ingressa no ensino com a expectativa de trabalhar com alunos consistentemente bem-comportados, entusiasmados e bem-sucedidos que gostam de sentar-se quietos em fileiras, ouvindo os professores darem palestras para eles. A maioria dos professores também não prevê que todos os seus alunos usem obedientemente seus processos cognitivos mais altos para memorizar, priorizar, analisar e refletir sobre tudo o que ouvem. Pode haver alguns dias em que essa perspectiva seja atraente, mas na maioria das vezes, professores e alunos têm pelo menos uma coisa em comum: seus cérebros são inspirados e estimulados pelo desafio.

O que torna os professores verdadeiros educadores é o reconhecimento, a apreciação e o respeito pelas diferenças dos alunos. As diversas inteligências, talentos, habilidades, interesses e origens dos alunos enriquecem nossas escolas e nossas vidas como professores.

À medida que os professores se esforçam para atender às necessidades de todos os alunos, eles percebem que não há dicotomia clara e consistente entre alunos "especiais" e "regulares". Os mesmos alunos nem sempre estarão no topo ou no fundo quando são avaliados de acordo com suas habilidades intelectuais, sociais, físicas e criativas. Com a mudança de um modelo de educação geral / educação especial dividido para um sistema de inclusão unificado, os educadores mais bem-sucedidos serão aqueles que trabalharem juntos e compartilharem recursos e conhecimentos para atender a todas as necessidades dos alunos da maneira que for possível.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas duas décadas, a noção de inclusão tem ganhado mais atenção e importância por muitos países do mundo (UNESCO 2009). Em 1994, sob a orientação da UNESCO, a declaração de Salamanca, chamada países para fornecer educação a todos os estudantes em ambientes inclusivos, foi aceita por 92 países e 25 organizações (UNESCO, 1994).

Embora alguns países tenham estabelecido suas próprias políticas inclusivas à luz da declaração de Salamanca há evidências de que nem todos os alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiam de escolas inclusivas e estudantes com necessidades educacionais especiais ainda estão lutando com a segregação educacional explícita.

Carvalho (1997) afirma que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados (...). No contexto destas Linhas de Ações o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum

momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (CARVALHO, 1997, p. 27).

Com a Declaração de Salamanca ficou evidenciado que a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiência e sim a todas as pessoas, deficientes ou não, que tenham necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanente (SASSAKI, 1998).

A fim de alcançar uma maior inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, reduzir sua segregação educacional e aumentar sua participação em ambientes inclusivos, acredito que revelar barreiras e encontrar maneiras de superá-las tem um papel fundamental. Além disso, pesquisar modelos de inclusão nas escolas pode ajudar a obter uma visão mais ampla sobre as práticas de inclusão, aprender com a experiência de outras pessoas e melhorar a implementação da inclusão nas escolas.

De acordo com Werneck (2002, p. 36-37),

A inspiração para o encontro em Salamanca, na Espanha, foi reafirmar o direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1984, e ainda ratificar o empenho da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação para todos (...).

A mudança de crenças sociais, culturais, filosóficas, bem como de situações econômicas e políticas, influenciou tendências na educação de indivíduos com deficiência por meio de segregação, categorização, integração e inclusão recente.

Os primeiros serviços de educação para estudantes com Necessidades Especiais foram fornecidos para estudantes surdos e cegos na Europa no século 18 e melhoraram durante o século 19.

Na virada do século XX, novas escolas foram estabelecidas para indivíduos com outras deficiências, como a mobilidade. Inicialmente, instituições de caridade e organizações religiosas prestavam serviços para estudantes com Necessidades Especiais, pois os indivíduos com deficiência eram considerados incultos e inúteis, de modo que a educação dos alunos com Necessidades Especiais era vista como uma questão de caridade e não como direitos humanos. Posteriormente, esses movimentos foram indicados e elaborados como parte dos serviços nacionais de educação, com uma perspectiva segregada.

Em 1994, a declaração de Salamanca foi promulgada pela UNESCO, que convocou os países a promover ambientes inclusivos. (UNESCO, 1994). Esta declaração foi adotada por 92 países e 25 organizações e o movimento em direção à inclusão foi elevado a um nível global.

A inclusão é um conceito multidimensional que abrange muitas áreas como políticas sociais, educação, leis e emprego. Embora a inclusão seja um movimento internacional, não existe uma definição de inclusão internacional ou comumente aceita. Como um conceito complexo e problemático, a inclusão é definida e conceituada de várias maneiras que

causam muitas confusões. No entanto, o fio condutor de todas as definições para a inclusão é identificar e valorizar a educação inclusiva nas escolas.

O PAPEL ESSENCIAL DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem sido uma meta universalmente reconhecida há mais de duas décadas, desde a Declaração de Salamanca (1994). Esse objetivo foi reforçado ainda mais pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência (2006) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), o primeiro tornando a educação inclusiva um direito humano fundamental e o último vinculando-o a uma agenda de desenvolvimento global mais ampla. O papel central do professor não pode ser subestimado se pretendemos oferecer educação universal e inclusiva para todos.

Países de todo o mundo estão se esforçando para desenvolver uma educação inclusiva em seus contextos únicos. Ao mesmo tempo, os esforços de colaboração de agências internacionais como o Banco Mundial, UNICEF, IIEP, UNECSO, doadores e outros, concentram-se na construção de um entendimento comum da necessidade de mudança sistêmica no mundo e no mundo.

Dessa forma, enquanto pretende-se construir um entendimento comum da educação inclusiva, muitas vezes se quer dizer coisas diferentes com a palavra "inclusão". É por isso que a pesquisa comparativa internacional é necessária para lançar luz sobre os diferentes entendimentos da educação inclusiva em diferentes países e sobre as maneiras pelas quais o histórico cultural único de um país afeta a promulgação da inclusão no contexto local. O papel dos professores é fundamental nesse sentido.

As chaves para o sucesso são as políticas de formação de professores que apoiam atitudes positivas dos professores e a implementação da educação inclusiva em cada contexto específico de cada país da melhor maneira possível, reconhecendo que as abordagens que funcionam bem em um país de alta renda (por exemplo, grandes quadros da equipe de suporte profissional) pode não estar disponível em um país de baixa renda. De qualquer forma, é importante que o professor não seja deixado sozinho, mas apoiado pelo incentivo à liderança, outros professores e, tanto quanto possível, por outros profissionais disponíveis na escola ou na comunidade em geral.

Em muitos países, o debate sobre inclusão ainda é muitas vezes reduzido à pergunta sobre o local apropriado para educar as crianças que não estão aprendendo da melhor maneira. No entanto, a inclusão consiste em utilizar abordagens criativas para fornecer educação de qualidade a todas as crianças em escolas regulares que estão enraizadas em suas comunidades locais. A espinha dorsal dessas estratégias criativas de apoio é baseada em boas práticas pedagógicas e apoio, que se baseia em atitudes positivas dos professores, educação efetiva e profissional dos professores para inclusão, que podem contribuir para a eficácia adequada dos professores, além de conhecimentos e habilidades para o uso de maneiras eficazes de ensino para todas as crianças.

Para apoiar o aprendizado de todas as crianças, é importante que todos os professores aprendam sobre pedagogia inclusiva durante o treinamento inicial. Eles também precisam de exposição suficiente para ensinar diversos grupos de alunos nas salas de aula de educação geral, promovendo assim sua eficácia e tornando suas atitudes mais positivas em relação à inclusão.

A principal mudança de pensamento necessária é que uma criança com necessidades educacionais específicas em uma sala de aula de educação geral não deve ser encaminhada para outro lugar para obter apoio. Pelo contrário, em geral, deve-se desenvolver apoios mais intensivos nas salas de aula comuns, onde todos os alunos podem receber apoio para participar e aprender de maneira eficaz. Quando necessário, os trabalhadores de apoio devem ser encaminhados à escola da criança para trabalhar com professores e alunos e encontrar soluções inclusivas que funcionem para eles. Isso, por sua vez, apoiará o aprendizado das crianças nos ambientes que eles conhecem e se sentem à vontade e desenvolvem ainda mais o aprendizado positivo e as interações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pode se deixar de considerar que a educação especial sofreu profundas modificações no século XX, com inúmeras reivindicações de movimentos sociais buscando maior igualdade entre os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, promovendo a integração dos alunos com qualquer tipo de deficiência, lançando uma profunda meditação no campo educativo e principalmente fazendo com que a escola assumisse a responsabilidade dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam.

Partindo dessas mudanças, o Brasil vem avançando gradativamente e obtivemos mudanças significativas, como inclusão em escola regular com acesso garantido, modificações nos espaços físicos, transporte escolar (quando necessário), acompanhamento clínico e pedagógico, cursos de formação continuada, materiais pedagógicos específicos, salas de apoio e auxiliares ou cuidadores para apoio em atividades intra e extraclasse, favorecendo o processo ensino aprendizagem. Porém estes avanços não são suficientes para garantir uma educação de qualidade e significativa para o aluno deficiente, visto que não é ele quem deve se adaptar à escola, e sim a escola quem deve oferecer condições físicas e pedagógicas para que ele a frequente.

Os professores exercem papéis fundamentais neste processo de exclusão e

de inclusão dos alunos deficientes, muitos ainda são resistentes à inclusão, não buscam uma formação continuada específica para desenvolver atividades que promovam e favoreçam, verdadeiramente, a criança deficiente. A formação continuada do professor ganhou força e é imprescindível por mais que ele esteja atualizado, pois o mundo sofre mudanças em questão de segundos e ele deve acompanhar estas mudanças.

Verifica-se que a maioria dos professores não está preparado para atender o aluno com deficiência. Desta forma, con-

clui-se que a inclusão não acontece de forma significativa, a segregação e exclusão social e escolar é muito presente, mesmo tratando-se de um tema tão atual e com tantas discussões na sociedade a acerca do assunto. Logo, a neurociência pode trazer muitos benefícios para auxiliar os professores que precisam trabalhar com a variedade de inclusão que se tem nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. OIT; Fortaleza, UECE. 1996.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília: Senado, 1998.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, G. B. J. Diagnóstico da deficiência Mental no Contexto de Inclusão.

2001. CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociências e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORDE, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2º ed. São Paulo: Atlas,1987.

EDUCAÇÃO. Inclusão: qualidade para todos. Nova Escola. ANO XIV, nº 123.

FACÍON, J. R. Inclusão Escolar e Suas Implicações. Curitiba: Ibpex, 2005.

FERREIRA, Windtz Brazão. De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica. São Paulo: Summus, 2007.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um programa maior. In: MANTOAN, M.T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p.137-141.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. Campinas – S.P. – Editora Scipione. 1989.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

RODRIGUES, D. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação

Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

MEC, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Educação Especial, série atualidades pedagógicas, 1998.

MINETTO, M. F. O currículo na edu-